



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

PARECER Nº 750/2024/DIVAJ/DIRG/GPRE/TRT16
PROCESSO Nº 000006124/2024
INTERESSADO: @INTERESSADOS_VIRGULA_ESPACO@
ASSUNTO: Digite aqui o texto do assunto...

EMENTA: CONTRATAÇÃO DE PALESTRA PARA O CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL CONCENTRADA DE MAGISTRADOS E MAGISTRADAS DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO. AMPARO LEGAL NA LEI FEDERAL Nº 14.133/21. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.

1. Relatório

Trata-se da análise jurídica acerca da contratação do palestrante ALEXANDRE ANTONIO JOSÉ MESQUITA, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Maranhão, para ministrar o tema “Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e o novo Modelo Social de Inclusão”, durante o Curso de Formação Inicial Concentrada de Magistrados e Magistradas do Trabalho da 16ª Região, no dia 17 de outubro de 2024, na modalidade telepresencial.

A contratação será realizada por inexigibilidade de licitação, com fundamento na alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei n. 14.133/2021.

A Escola Judicial alude que a palestrante tem notoriedade e conhecimento técnico para ministrar o curso.

2. Análise Jurídica

2.1 Planejamento da Contratação

Inicialmente, a fase preparatória da contratação seguiu os trâmites da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei n. 14.133/2021.

Consta dos autos o Documento de Oficialização da Demanda - DOD, o Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência. Logo, o planejamento da contratação foi realizado de forma adequada.

2.2 Da Participação de Servidores em Eventos Internos

Segundo assentado pela Escola no Termo de Referência:

O Curso de Formação Inicial Concentrada de Magistrados e Magistradas do Trabalho da 16ª Região, exigido pela ENAMAT, é um evento complexo que visa proporcionar conhecimentos e atualizações jurídicas essenciais para os magistrados que estão ingressando no TRT16, assegurando que o início de suas atividades jurisdicionais seja sólido e fundamentado.

Essa formação ocorre durante todo o período de vitaliciamento dos juízes substitutos, sendo um requisito obrigatório, com cursos ministrados tanto em âmbito nacional, pela ENAMAT, quanto em âmbito regional, pelas Escolas Judiciais regionais, conforme previsto na Resolução ENAMAT 28/2022.

O objetivo desta contratação é capacitar os magistrados e magistradas recém-empossados para implementar políticas de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência em suas jurisdições. O conteúdo foi cuidadosamente estruturado com base em normas que garantem o respeito aos direitos fundamentais e humanos, com ênfase em uma prestação jurisdicional inclusiva e sustentável.

2.3 Da inexigibilidade de Licitação

As contratações públicas são, em regra, precedidas de procedimento licitatório que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, por força do que prescreve a Constituição Federal em seu art. 37, inciso XXI.

A Lei n. 14.133/2021, no entanto, previu casos – também com fundamento nesse dispositivo constitucional – em que o procedimento poderá ser dispensado, ao tratar das hipóteses de contratação direta (arts. 72 e seguintes).

Deste modo, a contratação em referência será realizada por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei n. 14.133/2021, in verbis:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Como é possível inferir, é inexigível a licitação quando inviável a competição e, nesta hipótese em especial, para as contratações de serviços técnicos especializados, de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização, tendo por finalidade o treinamento e

aperfeiçoamento de pessoal.

Para Marçal Justen Filho, a inviabilidade de competição é um conceito complexo que pode decorrer de fatores diversos, inclusive da ausência de critérios objetivos para seleção do objeto, in verbis:

[...]

1.3) "Inviabilidade de competição" como uma decorrência é imperioso destacar que a inviabilidade de competição não é um conceito simples, que corresponda a uma ideia única. Trata-se de um gênero, comportando diferentes modalidades. Mais precisamente, a inviabilidade de competição é uma consequência, que pode ser produzida por diferentes causas, as quais consistem nas diversas hipóteses de ausência de pressupostos necessários à licitação.

[...]

3) Ausência de pressupostos necessários à licitação

[...]

3.3) Ausência de objetividade na seleção do objeto

A hipótese imediatamente considerada acima também se caracteriza, como regra, pela impossibilidade de seleção segundo critérios objetivos. Existem diferentes alternativas, mas a natureza personalíssima da atuação do particular impede julgamento objetivo. É impossível definir com precisão uma relação custo-benefício. Ainda que seja possível determinar o custo, os benefícios que serão usufruídos pela Administração são relativamente imponderáveis.

Essa incerteza deriva basicamente da natureza subjetiva da avaliação, eis que a natureza da prestação envolve fatores intelectuais, artísticos, criativos e assim por diante. Não há critério objetivo de julgamento para escolher o melhor. Quando não houver critério objetivo de julgamento, a competição perde o sentido (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações Administrativas. Lei 14.133/21. São Paulo. Thomson Reuters. 2021).

Ressalta-se que a própria Lei n. 14.133/2021 já estabelece que os serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal são considerados serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (art. 6º, XVIII, "f") e que a notória especialização é a "qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (art. 6º, XIX, e art. 74, § 3º, da Lei n. 14.133/2021).

Ainda de acordo com as lições de Marçal Justen Filho, a notória especialização diz respeito à comprovação de que o serviço a ser prestado pelo particular é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do interesse público.

Na espécie dos autos, a notória especialização da futura contratada se encontra devidamente demonstrada nos autos.

Observa-se ainda que a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14.133/2021), ao contrário do que prevê a Lei n. 8.666/1993 (art. 25, II), suprimiu a exigência de comprovação da singularidade dos serviços para caracterização da inexigibilidade.

Registra-se que o Tribunal de Contas da União já se posicionou favorável à inexigibilidade de licitação para a inscrição de servidores em participação de cursos abertos a terceiros, conforme se observa no trecho da Decisão n. 439/1998 – Plenário:

Considere que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei no 8.666/1993.

A AGU, na orientação Normativa n. 18, de 1º de abril de 2009, também corrobora esse posicionamento, in verbis:

Contrata-se por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista.

Por todo o exposto, constata-se que a contratação da aludida palestrante atende aos requisitos exigidos pela legislação.

2.4 Justificativa de Preço

Nas contratações por inexigibilidade de licitação, em que não há viabilidade de competição, não se aplica a habitual pesquisa de mercado, tal como realizada nos demais procedimentos de contratação. No entanto, é recomendável ao menos que seja verificado junto a outros entes adquirentes, inclusive junto a outros órgãos públicos, os preços que pagaram pelos bens ou serviços, nos moldes do que preceitua o art. 7º, § 1º, da IN ME n. 65/2021.

Nesse sentido, destaca-se o teor da Orientação Normativa AGU n. 17/2011, in verbis: "A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os

preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos”.

No caso sob análise, nota-se que foi apresentada pela Escola a devida justificativa de preços.

2.5. Disponibilidade Orçamentária e Declaração do Ordenador de Despesas

A SOF informou que há disponibilidade orçamentária para a despesa.

2.6. Da possibilidade jurídica de substituição do termo contratual por outro instrumento hábil

O art. 95 da Lei n. 14.133/2021 determina, como regra, a formalização do contrato, também faculta a substituição do termo por outro instrumento jurídico equivalente.

Além disso, os casos especiais possíveis de substituição do contrato por outro instrumento hábil são baseados na forma de execução do serviço, restritos àquelas hipóteses exclusivas quando a entrega for imediata, integral e sem indicação de cumprimento de obrigações futuras, independentemente do valor da contratação.

Dito isso, in casu, o contrato pode ser substituído por instrumento equivalente, nota de empenho.

2.7 Da habilitação Jurídica e fiscal

Constam dos autos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

Há nos autos declaração de não parentesco exarada pelo palestrante em atenção ao art. 2º, V, da Resolução CNJ nº 07/2005.

Opina-se pela aprovação da contratação, sugerindo a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como condição indispensável para a eficácia do contrato e deverá ocorrer no prazo de 10 dias úteis, contados da data da assinatura. Outrossim, o ato de autorização e contratação deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no sitio oficial.

3. Da conclusão

Isto posto, conclui-se que o processo está revestido das formalidades legais exigidas, razão pela qual esta Assessoria Jurídica se manifesta pela possibilidade de contratação, por inexigibilidade de contratação, nos termos do art. 74, inciso III, na alínea “f” da Lei nº 14.133/21. Deve ser anexada aos autos a certidão do SICAF.

São Luís, 17 de setembro de 2024

Elma Sandra Penha Moreira Rodrigues

Chefe da DIVAJ



Documento assinado eletronicamente por **ELMA SANDRA PENHA MOREIRA RODRIGUES, Chefe do Setor**, em 17/09/2024, às 08:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [Autenticar Documentos](#) informando o código verificador **0170413** e o código CRC **419D5514**.

Referência: Processo nº 000006124/2024

SEI nº 0170413